

Orla de Ipanema é entregue após 16 meses de obras

Apesar do calçadão estar mais resiliente com a nova estrutura, espaço ainda não tem um sistema de proteção de cheias

/ INFRAESTRUTURA

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

A prefeitura de Porto Alegre aproveitou o dia ensolarado, com o clima agradável, para fazer a última vistoria das obras de revitalização do calçadão de Ipanema, na Zona Sul. Na manhã de ontem, o prefeito Sebastião Melo e o secretário municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Germano Bremm, entregaram a reforma e justificaram seu longo período de duração, desde 10 de outubro de 2024.

Bremm frisou que foram muitos estragos e prejuízos na Capital após as enchentes, e que prioridades como escolas e estruturas vitais para o funcionamento da cidade receberam aportes mais urgentes. Outro ponto que o secretário frisa é que, apesar de a orla estar mais resiliente com a nova estrutura, não há um sistema de proteção de cheias.

Esse é outro trabalho, que exige mais estudos. Em 2026, inclusive, espera-se avançar no debate e apresentar aos moradores do bairro esta opção, que também exige debate com o governo estadual.

Melo relata otimismo para apresentar a solução, mas faz a

ressalva que “será preciso buscar bilhões, bilhões e bilhões”. O projeto está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e deve ser concluído até a metade do ano. Ele também se mostrou incomodado com as críticas que recebeu sobre a situação da cidade após as cheias e disse que a “culpa é de todos os governos, atuais e anteriores”.

O prefeito afirmou que será preciso tempo. A construção de um sistema de proteção de cheias é complexa, demora anos. Além disso, disse que Porto Alegre “não estará pronta, mas que estará melhor quando entregarmos o mandato”.

O prefeito ainda suplicou por colaboração da sociedade civil. Ele diz que já se iniciou a degradação das estruturas instaladas e, inclusive, subiu o tom em uma clara sinalização de incômodo ao falar sobre o caso. Ele acusa pessoas que vão ao calçadão para andar de skate e quebram os bancos de concreto, por exemplo.

Com a revitalização entregue, o investimento foi de R\$ 12 milhões, através de um Termo de Conversão em Área Pública (Tcap) firmado com a empresa Multiplan, como contrapartida pela implantação do empreendimento Golden Lake, e abrange a extensão da



Revitalização da orla teve um investimento de R\$ 12 milhões, através de contrapartida com a Multiplan

avenida Guaíba entre as ruas Déa Coufal e Dos Tabajaras. O local recebeu um muro de concreto com 45 centímetros acima do nível do calçadão, além de uma estrutura de pedras que atua como quebra-ondas e reduz a força da água quando o Guaíba está revolto.

Também foram instalados três playgrounds, quatro academias ao ar livre, novos bancos e lixeiras, além do plantio de cerca de 100 mudas de árvores, sete pontos de acesso à faixa de areia, por meio de rampas ou escadas, um núcleo de banheiros e oito churrasqueiras.

Por outro lado, as obras da ciclofaixa estão em andamento. Essa é uma reforma que não está atrelada à revitalização e recebe outro aporte. O trecho está pintado e em fase de finalização. Ainda assim, a população já utiliza o espaço, sinalizado pela pintura.

Conselho Federal normatiza uso da IA na Medicina

/ SAÚDE

Emilly Rodrigues
emilly@jcrs.com.br

Na última semana, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou no Diário Oficial da União a Resolução CFM nº 2.454/2026, que concede ao médico o direito de utilizar a Inteligência Artificial (IA) como apoio à decisão clínica, à gestão em saúde, à pesquisa científica e à educação médica continuada.

Segundo o vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers), Eduardo Neubarth Trindade, entre os objetivos da normatização estão “garantir segurança do paciente, preservar a autonomia e responsabilidade do médico, exigir transparência sobre limitações/vieses e reforçar proteção de dados (LGPD), além de governança e supervisão proporcionais ao risco”.

A norma entrará em vigor em 180 dias após a data de publicação.

Ainda não há dados exatos sobre quantos médicos utilizam ferramentas de IA, pois o uso é heterogêneo, podendo ser aplicado para análise de dados, auxílio diagnóstico, priorização de achados, documentação e educação.

“Desde que o médico mantenha julgamento crítico, haja segurança da informação, e a ferramenta tenha finalidade clara e uso compatível com a regulação e com a ética”, explica Trindade. A resolução protege o médico contra a responsabilização indevida por falhas específicas das ferramentas.

Terceirizar a decisão clínica à IA, sem crítica/supervisão humana, usar IA para comunicar diagnóstico sem mediação do médico, inserir/compartilhar dados sensíveis em plataformas sem garantias de proteção e finalidade legítima, omitir o uso relevante de IA quando isso impacta a assistência e o registro, são algumas das práticas que são consideradas indevidas, aponta Trindade. “A fiscalização ética ocorre

pelos conselhos regionais, com análise de prontuário e condutas, apuração de denúncias e verificação de boas práticas: supervisão humana, rastreabilidade, proteção de dados e diligência profissional”, enfatiza o vice-presidente do Cremers. O profissional deve registrar em prontuário o uso da ferramenta como suporte da decisão.

O paciente também terá o direito a ter acesso a informações claras sobre seu estado de saúde, a procurar uma segunda opinião, a ter seus dados pessoais protegidos, a não ser submetido a intervenções experimentais sem consentimento específico, além do direito à privacidade e à confidencialidade de seus dados pessoais.

As atividades de supervisão e fiscalização do cumprimento da norma caberão aos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), no âmbito de suas competências. A Resolução deixa claro que as soluções de IA não são soberanas e que a supervisão humana é obrigatória.

Tratamento com canetas para obesos estará disponível pelo SUS no GHC

A Novo Nordisk, fabricante das canetas de semaglutida (princípio ativo do Ozempic e do Wegovy), fechou um acordo com três hospitais públicos brasileiros para a implementação do tratamento medicamentoso para obesidade. As canetas farão parte do escopo de tratamento do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), em Porto Alegre; do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione (IEDE), no Rio de Janeiro; e de um terceiro hospital em município a ser definido.

A proposta é oferecer uma opção farmacológica para complementar o tratamento de pacientes que já estão em tratamento nesses centros, considerados referências na abordagem multidisciplinar da obesidade. Não há previsão de abertura de vagas para novos pacientes.

O programa vai começar ainda no primeiro semestre de

2026, com duração inicial de dois anos e possibilidade de extensão por mais um ano. Durante esse período, a farmacêutica irá apoiar a implementação do programa e a capacitação técnica das equipes, além de monitorar e avaliar os impactos na saúde, sociais e econômicos, informa a empresa.

Cada hospital terá autonomia para definir o perfil dos pacientes elegíveis, mas a prioridade será para indivíduos com obesidade associada a outras condições de saúde, principalmente diabetes e doenças cardiovasculares. No Brasil, os últimos dados do Vigitel indicam que cerca de 25% da população apresenta obesidade.

Em âmbito nacional, não existe uma diretriz geral do Ministério da Saúde para aplicação de medicamentos no tratamento da obesidade, já que esses remédios não são incorporados ao Sistema Único de Saúde (SUS).